De:	Jorge Fernandes
Para:	Comissão 5ª - COFAP XVII
Assunto:	Decreto-Lei nº 61/2025, de 2 de abril
Data:	31 de outubro de 2025 16:06:17

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Chamo-me Jorge Manuel Morais Fernandes e sou funcionário público, na categoria de Assistente Técnico (AT), no Instituto Nacional de Estatística (INE) desde janeiro de 1999.

Dirijo-me a V. Exa. com um apelo urgente:

Atualmente, 140 Assistentes Técnicos do INE atingiram o topo da carreira e possuem mais de 20 pontos de avaliação SIADAP.
Em 2015, foi criada uma carreira especial exclusivamente para os Técnicos Superiores (TS) no INE, onde as funções entre ambas as categorias se cruzam substancialmente, contudo os AT ficaram excluídos.

É com grande preocupação que observo a intenção deste governo de perpetuar a discriminação dos Assistentes Técnicos. O novo plano propõe um subsídio — o Suplemento pelo Exercício de Funções Técnicas Especializadas — a ser atribuído unicamente aos Técnicos Superiores. É inaceitável que funções críticas, que os AT também desempenham, sejam ignoradas, criando um cenário de desigualdade.

Adicionalmente, foi anunciado que a atribuição desse subsídio estará condicionada a uma avaliação de serviços a partir de 2026. Como podem os AT, cuja dedicação e esforço contribuem significativamente para estas avaliações, ver-se excluídos dos benefícios resultantes desse trabalho?

Solicito a sua intervenção para que esta situação de injustiça e discriminação cesse. É imperativo que todos os profissionais que contribuem para o INE e para o serviço público sejam valorizados equitativamente, sem distinções.

Agradeço a atenção e fico a aguardar uma resposta.

Atenciosamente,

Jorge Manuel Morais Fernandes
Funcionário Público
Instituto Nacional de Estatística